



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

A extensão rural brasileira à luz da Economia Institucional Original: possibilidades aos estudos e ao ensino

*Brazilian rural extension in the light of Original Institutional Economy:
possibilities for studies and teaching*

Livio Sergio Dias Claudino

Docente/Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo

O texto apresenta alguns elementos da Economia Institucional Original, ou *Original Institutional Economy* (OIE), de Thorstein Veblen, cotejando possibilidades analíticas do uso dessa abordagem para uma melhor compreensão de como se formam as instituições, no caso, a Extensão Rural. Nessa perspectiva, da economia evolucionária, as instituições se originam de hábitos e comportamentos compartilhados e legitimados pela coletividade. Foi utilizada metodologia qualitativa, por meio de análise exploratória de cunho teórica. Como principais resultados, apresentamos as possíveis aproximações analíticas, indicando uma proficuidade de possibilidades de uso da abordagem para estudos em extensão rural e ainda propondo uma revisão crítica da forma como a extensão rural tende a legitimar modelos técnicos e sociais elitizados considerados mais eficientes em seus processos de comunicação e extensão.

Palavras-chave: Thorstein Veblen; ATER; Mudança institucional.

Abstract

The text presents some elements of Thorstein Veblen's Original Institutional Economy (OIE), comparing analytical possibilities for using this approach to better understand how institutions are formed, in this case, Rural Extension. From this perspective, of the evolutionary economy, institutions originate in the habits and behaviors shared and legitimized by the community. Qualitative methodology was used, through exploratory analysis of a theoretical nature. As main results, we present possible analytical approaches, indicating a wealth of possibilities for using the approach for studies in rural extension and also proposing a critical review of the way in which rural extension tends to legitimize elite technical and social models considered more efficient in their processes of communication and extension.

Keywords: Thorstein Veblen; ATER; Institutional change.

Introdução

A complexidade da Extensão Rural (ER), seja vista como teoria, epistemologia ou prática, e ainda mais se observarmos suas trajetórias no tempo e nos espaços, não deixa dúvidas de que se trata de um largo caminho ainda em exploração, inclusive do ponto de vista teórico. Esse texto pretende uma aproximação, ainda que preliminar, entre aquilo que entendemos como Extensão Rural e alguns elementos da teoria da Economia Institucional Original, ou *Original*



III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

Institutional Economy (OIE), de Thorstein Veblen, para compreender como são originadas as instituições que delimitam o “fazer” do extensionista, ensaiando também uma aproximação com os princípios da agroecologia, mais precisamente de compreensão das possíveis transições para agriculturas mais sustentáveis.

Aqui nos interessa estabelecer convergência entre a Extensão Rural e a OIE, em especial analisar o modo como os comportamentos, as técnicas e as tecnologias consideradas mais eficientes e exitosas são transmitidas entre classes e entre gerações. Nesse percurso, utilizaremos elementos da OIE para explicar como ocorrem estabilidades ou mudanças institucionais, que podem ajudar a compreender os processos de acomodação de hábitos e práticas inerentes à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) brasileira.

A hipótese principal é de que essa abordagem pode fornecer muitos elementos para compreender as formações e mudanças institucionais no escopo do vasto campo conhecido como Extensão Rural. Em especial, ajudando a entender as escolhas relacionadas aos “modelos” que passam a ser objeto das ações de ATER, que passam por esquemas classificatórios que pode ser analisado à luz da abordagem OIE vebleniana. Assim, o objetivo central é apresentar e realizar uma aproximação entre a OIE e os estudos em Extensão Rural.

No texto, logo após os elementos metodológicos, em um único tópico, serão apresentados os aspectos gerais de contexto da Extensão Rural e ATER juntamente com alguns dos conceitos principais da OIE que nos ajudam a entender processos de formação e mudanças institucionais. Ainda nesse tópico, é elaborada uma síntese que permita a aproximação entre o enfoque teórico e a Extensão Rural em si, estruturando o caminho para as considerações finais.

Metodologia

O estudo se configura com a metodologia de pesquisa qualitativa, sendo uma análise exploratória fundamentada em revisão bibliográfica e reflexões que permitam uma aproximação teórica para analisar a extensão rural. No caso, optar por utilizar a OIE em estudos sobre extensão rural é um campo ainda por explorar, especialmente pelo fato de que para os estudos rurais foram as abordagens da Nova Economia Institucional (NEI), as correntes neo-



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

**DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025**

Realização:



Apoiadores:

schumpeterianas, e outras correntes de origem institucionalista americana que predominaram, sendo deixada de lado ou servindo apenas como contexto a abordagem diretamente ligada a Thorstein Veblen.

Resultados

A teoria institucional que aqui trabalhamos tem origem em Thorstein Veblen (1857-1929), que se opunha ao pensamento neoclássico. Uma das críticas era de que os neoclássicos desconsideravam o processo evolucionário da economia, e o papel dos indivíduos sobre o meio e do meio sobre os indivíduos (ou interação dupla indivíduo-estrutura), uma vez que enfatizavam a racionalidade e a ideia da maximização de utilidade, o equilíbrio e desconsideravam a incerteza. Veblen desenvolveu um instigante esquema explicativo sobre como se formam as instituições. Com o esquema partindo dos instintos, nos indivíduos, que por agirem para atender tais estímulos criavam caminhos de satisfação que formavam hábitos, e quando esses se tornavam coletivos davam origem às instituições (Conceição, 2020). Ele demonstrou o modo como esses hábitos vão se tornando legitimados pelas coletividades, a partir de um sofisticado esquema de transmissão social de modos de fazer e de pensar sobre aquilo que é bom, belo e exitoso (Veblen, 1965; Claudino, 2016).

Assim, a ideia de hábitos e como se formam instituições é nosso ponto central de aproximação analítica. Brette (2004, apud Claudino, 2016, p. 37), quando compara Veblen com os pragmatistas William James e Charles Sanders Pierce indica que Veblen “concebe os hábitos como uma propensão adquirida para agir e pensar de uma determinada maneira e de acordo com certas circunstâncias”, sendo essa uma ideia chave da sua teoria. Brette ainda reforça: as formas de transmissão social dos “hábitos entre os indivíduos e entre as gerações, (...) [n]a dinâmica proposta por Veblen enriquece a explicação de formação das instituições, pois implica considerar que não apenas as condições materiais ou técnicas influenciam a institucionalização já que outros indivíduos, por meio de instrução, da educação e da tradição, podem servir como transmissores de hábitos e de instituições”.



III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

**DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025**

Realização:



Apoiadores:

Já relacionando com extensão rural, quando analisamos semanticamente e politicamente o termo, fica evidente tal possibilidade aproximativa. Segundo Peixoto (2008, p. 07), a extensão rural pode ser vista como processo, instituição ou como política. Para o autor, como processo, significaria num sentido literal “estender, levar ou transmitir conhecimentos de uma fonte geradora ao receptor final, o público rural”, mas em um sentido mais amplo e aceito significaria “processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não”. Esse ato de transmissão dos conhecimentos, que envolve as trocas materiais e também de formas de pensar são, se olharmos pela perspectiva de Veblen, elementos fundamentais para a formação das instituições. Não há aqui um julgamento sobre se é bom ou ruim, ou sobre o conteúdo de tal conhecimento, mas sim o processo de institucionalização.

Voltando nosso olhar para a história e o modo como os distintos modelos e fases da extensão rural são propagados, vemos um evidente processo de transmissão ou de incorporação entre sociedade, mesmo que com suas adaptações. Dias (2020) informa que o modelo brasileiro, que tem datação oficial de institucionalização os anos 1940, foi incorporado do Estados Unidos, que tinha iniciado desde pelo menos 1920, e que fora considerado exitoso no processo de modernização da agricultura do país. O projeto, no caso brasileiro, tinha por finalidade estimular uma racionalidade econômica aos estabelecimentos de produção agrícola, em diversos tamanhos, pela introdução de tecnologias que aumentassem a produção e o consumo de produtos como insumos e maquinários.

Ainda de acordo com Dias (2020, p. 01, destaque no original), “naquele momento, a mudança social significava possibilitar, por meio da ação extensionista, o surgimento e a difusão de uma ‘nova mentalidade’, capaz de integrar a agricultura tradicional à dinâmica econômica capitalista”. Essa mudança social dependia de que a própria ação dos extensionistas alavancassem “um ‘projeto educativo’ associado ao projeto político e econômico de expansão da influência norte-americana no Brasil”. Tal projeto seria viabilizado por meio de apoio em forma de crédito e ampliação de redes locais de atendimento, em que os técnicos pudessem orientar a utilização das tecnologias e do apoio econômico. É aí que, segundo o autor, entrou



III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

**DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025**

Realização:



Apoiadores:

em cena a Fundação Rockefeller, e a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), uma fusão de organização do tipo público-privada, que seriam as experiências que dariam origem às atuais empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, EMATER.

Essa problematização que articula a criação e evolução do processo de extensão rural no Brasil, ancorada em pressupostos que indicavam quais modelos prioritários deveriam ser seguidos, evidencia que estiveram em confronto o modelo norte-americano e chinês. Segundo Dias (2020), tal processo serviu para além de expandir os negócios do primeiro, combater a ideia de “comunismo” do segundo, durante a Guerra Fria. Em um trabalho de análise sobre os modelos de agricultura nos anos 1950, nos EUA, na China e entre populações indígenas no Brasil (mais especificamente no Xingu), Claudino (2016) aponta que uma parte desse conflito foi travado por intermédio da televisão, que teve chegada ao Brasil no início dos anos 1950. Segundo a pesquisa, a TV – Tupi foi uma importante ferramenta para a propagação desses processos de seleção e classificação dos modelos de agricultura, tipos de tecnologias e ainda dos regimes políticos a serem adotados pelo Brasil nas décadas seguintes.

Analisando vídeos dos anos 1960, exibidos pela TV Tupi, e disponíveis na Cinemateca Nacional, Claudino (2016) apresenta como as reportagens iam construindo uma imagem de que a agricultura indígena e brasileira estavam atrasadas e precisavam se modernizar; em outros vídeos mostravam campos de cultivo coletivo na China, que lembravam campos rudimentares de trabalho, ao mesmo tempo em que eram exibidos vídeos expressando uma pujante modernização da agricultura dos EUA, com muitos tratores e demais tecnologias. A pesquisa evidencia como as imagens e os discursos exibidos na televisão se constituíram em dispositivos para produzir a noção de ideal, moderno e eficiente. E essa construção dos mecanismos de comparação e de mensuração daquilo que é eficiente é muito relevante na abordagem vebleniana.

Para Veblen ([1898] 2007, p. 198), “os homens são comparados uns com os outros e suas ações com o ideal estabelecido de eficiência, e são avaliados pelo senso comum de seus semelhantes de acordo com o esquema convencional de mérito e demérito. A atribuição de eficiência a uma ação necessariamente depende da existência de evidência desta eficiência”. O



III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

**DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025**

Realização:



Apoiadores:

autor continua: “Uma vez que a imputação de eficiência e mérito discriminatório é dada com base na evidência de sucesso visível, a aparência negativa deve ser evitada sob pena de ser o indivíduo objeto de reprovação”. Quando voltamos a atenção para os modelos que foram sendo propagados pela Extensão Rural nos anos 1940, encontramos evidências de que os processos educativos eram bastante coercitivos e constrangedores às práticas de agriculturas tradicionais da época, em especial aquelas que demandavam gestões e usos coletivos dos espaços.

Continuando o texto de Dias (2020), identificamos que o modelo de extensão rural foi gradualmente deixando de lado o olhar para as populações mais vulneráveis do meio rural, e se voltando para aqueles que poderiam trazer mais resultados práticos a partir dos investimentos realizados. O autor enfatiza que, nos anos 1960, o retorno de alguns grupos e a própria dificuldade em convencer categorias de agricultores menos empreendedores a mudarem sua mentalidade e comportamento fizeram com que as estratégias se voltassem aos mais capitalizados. Os recursos e aquilo que se poderia chamar de extensão rural foi sendo cada vez mais “elitizada”. Assim, fazer parte da modernização da agricultura seria destinado a um público mais específico que nas duas primeiras décadas da experiência brasileira, aproximando o serviço de extensão dos médios e grandes produtores. É nesse momento da história que se avoluma o processo de desigualdade, no contexto da efervescência da Revolução Verde, conforme já bem documentado e com efeitos de longo prazo ainda em evidência.

Essas aproximações aqui realizadas, entre o processo de formação das instituições, partindo dos hábitos e o modo como são transmitidos e legitimados merece um melhor aprofundamento, que deve ser feito em outros textos. Abaixo um esforço de síntese (Quadro 1) que ajuda a sistematizar, ainda de modo preliminar, algumas das possibilidades teóricas e analíticas em que a OIE pode ser utilizada para os estudos sobre extensão rural, que afetam diretamente o ensino de ER. Em resumo, a proposta é conseguir compreender melhor a extensão rural enquanto uma instituição em processo evolucionário que é fortemente influenciada por hábitos e comportamentos coletivos, em que os indivíduos exercem relevante papel para a estagnação ou mudança, mais lenta ou mais rápida, mas que tende a valorizar certos modelos que se originam naquilo que se considera mais meritoso e eficiente. Isso deve abrir espaço para



III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

questionamentos acerca dos critérios de mérito e eficiência, seja de técnicas, práticas, ideias ou produtos e os processos de ensino concernentes à ER.

Quadro1: Levantamento de possibilidade de aplicação da OIE para analisar e avançar nos estudos, ensino e aplicações sobre extensão rural.

Abordagem histórica da extensão rural enquanto instituição. Revisão dos quadros conceituais e história legitimada da ER	Análise de como ocorre a transmissão intra e intergeracional dos comportamentos e instituições	Compreensão dos hábitos coletivos e da formação das instituições de ATER	Análise crítica dos modelos e pacotes técnicos socialmente validados/legitimados
Análise da ATER vista como objeto de consumo	Entendimento do comportamento dos indivíduos frente às estruturas institucionais	Compreensão das influências do meio sobre os indivíduos e desses sobre as dinâmicas institucionais	Situar a ER como sistema socioeconômico e político em processo evolucionário
Proposição de processos de aprendizagem coletiva que conduzam a mudanças institucionais não elitizados	Construção de um referencial consistente para a compreensão dos processos de inovação	Análises prospectivas dos processos de evolução institucional	Aproximação multidisciplinar com o escopo paradigmático da agroecologia, em especial entender processos de transição

Fonte: Elaboração própria (2024).

O quadro permite visualizar inúmeras possibilidades, ainda não esgotadas, de analisar, sistematizar e compreender a ER e também as potencialidades que o ensino ou educação em ER tem sobre a mudança institucional. Para finalizar, é necessário realizar uma possível



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

**DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025**

Realização:



Apoiadores:

aproximação entre essa revisão conceitual e os princípios da agroecologia, mas isso ainda é um caminho aberto. Considerando o que foi dito sobre os processos de aprendizagem coletiva e mudanças institucionais, ponderamos haver diversas possibilidades de entrelaçamentos. A abordagem vebleniana pressupõe uma visão crítica sobre os modelos econômicos que transformam trabalho em mercadoria a ser apropriada por outros, indicando também que a aversão ao trabalho se origina da classificação e distinção das atividades dignas e indignas (Veblen, 1965, 2007), sendo que os trabalhos manuais e a agricultura são desqualificados.

De maneira mais pontual, que aqui é possível, a abordagem proposta nesse texto se alinha com os princípios ao que na literatura tem sido chamado de transição para formas sustentáveis de agricultura (considerada como uma mudança institucional). Ponderando o que Schmitt (2013, p. 173-74) escreve, essa transição se trata de um “movimento complexo e não linear de incorporação de princípios ecológicos no manejo dos agroecossistemas, mobilizando múltiplas dimensões da vida social, colocando em confronto visões de mundo, forjando identidades e ativando processos de conflito e negociação entre distintos atores”.

No que diz respeito à compreensão de visões de mundo em conflito, análises de constituição de identidades e entendimento de conflitos de atores, penso que a abordagem da OIE pode ser bastante frutuosa, possibilitando um largo caminho ainda não explorado, em especial se direcionarmos esse olhar para a extensão rural e seus processos operacionais de formação de hábitos e instituições, que podem ou não conduzir para o escopo da agroecologia. Embora não tratem de agroecologia, mas experiências interessantes de aproximação de estudos rurais e abordagens institucionalistas, não necessariamente veblenianas, podem ser encontradas no livro organizado por Garibaldi e Waquil (2020), que reúne textos que usam de modo mais indireto ou transversal a abordagem da OIE.

Considerações finais

Esse texto propôs a aproximação ainda preliminar entre a abordagem conhecida como institucionalismo original de Thorstein Veblen e a extensão rural. De maneira mais pragmática, foi situando alguns elementos dessa abordagem, ainda novos em estudos acadêmicos dessa área



III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

do conhecimento, e a própria extensão rural, entendida aqui como uma instituição, seja ela se tratando de um processo, uma política ou um serviço em execução, como ATER.

O foco do texto foi mostrar alguns elementos da abordagem que ajudam a entender como ocorre a formação de hábitos e instituições, bem como as mudanças institucionais. Se olharmos de maneira mais concreta, o que a extensão rural, que tenha por diretriz a agroecologia ou sistemas mais sustentáveis, tenta realizar é uma mudança institucional. Podemos dizer que se trata de uma mudança, tendo em vista o predomínio dos sistemas convencionais de produção agropecuária. Há assim, na proposição, a possibilidade de utilizar o escopo da OIE para avanços significativos tanto nas análises da própria história da extensão rural quanto na compreensão de como determinadas práticas, técnicas, tecnologias e saberes vão sendo legitimados por uma sociedade e transmitidos via serviços educacionais e outros especializados como os de ATER.

Embora se trate de uma abordagem institucionalista que foi solapada por outras no período após a Segunda Guerra mundial, está sendo retomada no Brasil, recebendo releituras interessantes, mas sufocada pelas abordagens neoinstitucionalistas e outras. Assim, esse exercício de aproximação carece ser aprofundado, considerando a riqueza interdisciplinar que essa abordagem oriunda do autor de “Teoria da classe ociosa” pode trazer para as análises críticas dos modelos que são legitimados socialmente, podendo inclusive ajudar a entender como as mudanças para formas de pensar e fazer agriculturas mais sustentáveis e de bases agroecológicas podem acontecer e a relevância do ensino de ER nessas transformações.

Referências

CLAUDINO, Livio Sergio Dias. **Sob a superfície de imagens e discursos: como as pecuárias bovinas tornaram-se instituições no sul do Pará, Amazônia brasileira?.** Tese de doutorado (Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/168652/001044215.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acesso em 10 de abril de 2024.



III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

CONCEIÇÃO, Octavio A. Camargo. Instituições, regras e hábitos: reflexões sobre a interação entre instituições e a economia na agenda institucionalista. In: VIANA, João Garibaldi Almeida; WAQUIL, Paulo Dabdab. **Instituições, regras e hábitos: proposições teóricas e aplicadas para estudos rurais**. Curitiba: Editora CRV, p. 19-41, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/216054/001120021.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acesso 10 de maio de 2024

DIAS, Marcelo Miná. Trajetória histórica e contexto atual da Extensão Rural no Brasil. Material Didático da disciplina Extensão Rural oferecida pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: UFV, 2020. Disponível em: https://ead.ufv.br/pluginfile.php/394199/mod_folder/content/0/TRAJET%C3%93RIA%20HIST%C3%93RICA%20E%20CONTEXTO%20ATUAL%20DA%20EXTENS%C3%83O%20RURAL%20NO%20BRASIL.pdf?forcedownload=1 acesso em 10 de abril de 2024.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. [Textos para discussão, n. 48]. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>> acesso 10 de maio de 2024.

SCHMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VEBLEN, Thorstein. **Teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.



III SNEER

Na Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)

**DE 23 A 25 DE ABRIL
DE 2025**

Realização:



Apoiadores:

VEBLEN, Thorstein. O instinto para o artesanato e a aversão ao trabalho em geral. **OIKOS**

(Rio de Janeiro), v. 6, n. 2, p. 188–202, 2007. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51727> acesso em 10 de abril de 2024.

VIANA, João Garibaldi Almeida; WAQUIL, Paulo Dabdab. **Instituições, regras e hábitos:**

proposições teóricas e aplicadas para estudos rurais. Curitiba: Editora CRV, 2020.

Disponível em:

[https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/216054/001120021.pdf?sequence=1&isAllowed](https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/216054/001120021.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

[y](https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/216054/001120021.pdf?sequence=1&isAllowed=y) acesso 10 de maio de 2024